



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h**  
**Público << Campo excluído do banco de dados >>**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009280-41.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração**  
 Requerente: **Paulo Sergio Furlan**  
 Requerido: **Larissa Fernanda Martins Furlan**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**Vistos.**

**PAULO SÉRGIO FURLAN** ajuizou a presente **AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS** em face de sua filha, **LARISSA FERNANDA MARTINS FURLAN**; argumenta, em síntese, que a aludida descendente atingiu a maioridade e em meados de 2013 abandonou os estudos (*Administração de Empresa*).

Os documentos de fls. 8/24 acompanharam a peça inicial.

A postulada/alimentada foi citada pessoalmente (*fls. 29*) e deixou correr “in albis” o prazo para resposta.

Desnecessária a manifestação do Ministério Público, vez que a lide envolve partes maiores e capazes.

**É O RELATÓRIO.**

**DECIDO.**

É sabido que os alimentos fixados em favor de


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

filho cessam galgada a maioridade.

Alguns fatos têm o poder de impossibilitar o alimentando já maior de concorrer para o próprio sustento. Assim ocorre, notadamente, com a debilidade física ou psíquica e a necessidade de dedicação a curso de nível superior.

Do contrário, gozando o(a) alimentando(a) de boa saúde e estando apto ao trabalho, não mais subsiste razão para a continuidade do pensionamento, que já atingiu sua finalidade.

Nesse sentido, vale transcrever alguns julgados:

*ALIMENTOS - Exoneração - Admissibilidade - Maioridade civil alcançada - Recurso não provido. A maioridade civil de filha faz cessar o dever de progenitor prestar-lhe alimentos, desde que ela não esteja incapacitada para o trabalho e nem esteja a freqüentar curso superior. (Apelação Cível n. 252.582-1 - Taubaté - 8ª Câmara Civil - Relator: Massami Uyeda - 30.08.95 - V.U.).*

*ALIMENTOS - Dever de sustento - Cessação com a maioridade do alimentando - Inexistência de prova de que este não pode subsistir com o próprio trabalho - Obrigação alimentar inexistente - Exoneração deferida - Recurso provido. (Apelação Cível n. 263.827-1 - Presidente Venceslau - 4ª Câmara Civil - Relator: Orlando Pistoiresi - 28.09.95 - V.U.).*

*ALIMENTOS - Pensão alimentícia - Exoneração -*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das** **Horário de Atendimento ao Público**<< Campo excluído do banco de dados >>

*Admissibilidade - Filho que atingiu a maioridade (TJMS) RT 727/262.*

*ALIMENTOS - Pensão - Exoneração - Maioridade do alimentário - Procedência (TJSE) RT 731/389.*

*ALIMENTOS - Exoneração - Alimentado que atingiu a maioridade, inexistindo doença grave impeditiva do exercício de atividade laboriosa ao próprio sustento - Obrigação advinda do pátrio poder há muito superada - Ação procedente - Decisão mantida - Recurso não provido. (Apelação Cível n. 57.183-4 - Suzano - 6ª Câmara de Direito Privado - Relator: Munhoz Soares - 02.10.97 - V.U. \* 750/589/3).*

No caso dos autos, há prova documental indicando que a alimentada já atingiu a maioridade; além de ter hoje 22 anos de idade (*cf. fls. 8*) silenciou frente ao chamado, indicando a veracidade dos fatos alegados pelo autor; e essa inércia leva ao acolhimento do pedido (*Código de Processo Civil, artigo 319*).

Assim, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para **EXONERAR** o autor **PAULO SÉRGIO FURLAN** de prestar alimentos a sua filha **LARISSA FERNANDA MARTINS FURLAN**.

Presentes os requisitos do artigo 273 do CPC, antecipo os efeitos exoneratórios, a fim de que o autor nada mais desembolse a título de alimentos a postulada.

Ante o caráter assistencial da demanda e em razão de falta de resistência ao pleito inicial, deixo de fixar verbas de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

sucumbência.

Oportunamente, providencie-se a extinção perante a rede executiva do TJ e arquivem-se os autos.

P.R.Int.

São Carlos, 14 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**